

Implementação das políticas públicas educacionais em rede: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação

Cleusa Brusamarello ¹

Orientador: Altamir Trevisan Dutra²

RESUMO

As redes representam uma nova perspectiva de análise de políticas públicas e das estruturas concebidas para implementá-las. As dificuldades de por em prática esse modelo requerem que ainda se busque sistematizar conceitos, estabelecer tipologias e estudar as poucas experiências já realizadas. O presente trabalho é mais uma contribuição nesse sentido. Ele chama a atenção para a importância de analisar as políticas públicas a partir da perspectiva de rede. A partir da análise de documentos e estudo de referenciais teóricos, se investigou ainda os enfoques das políticas educacionais nas últimas décadas. Em seguida, disserta sobre a temática das políticas públicas e políticas educacionais, detalhando alguns de seus atuais elementos constituintes. Na sequência, argumenta sobre a formação de professores para a Educação Básica, defendendo ser a escola um espaço de formação específico e permanente para esta classe profissional. Como resultados parciais deste estudo bibliográfico destaca-se a importância fundamental do resgate histórico e de uma abordagem dialética das políticas educacionais, visando compreendê-las a partir da relação entre as determinações globais da sociedade e as especificidades históricas do contexto em que são implementadas e resignificadas.

PALAVRAS-CHAVE: *Políticas Públicas; Políticas Educacionais; Rede.*

Implementation of public educational policies in the network: notes on the social right of quality in education

SUMMARY

The networks represent a new perspective of public policy analysis and the structures designed to implement them. The difficulties of putting this model into practice require that we still try to systematize concepts, establish typologies and study the few experiences that have already been achieved. The present work is another contribution in this sense. He draws attention to the importance of analyzing public policies from the network perspective. From the analysis of documents and study of theoretical references, the approaches of educational policies in the last decades were also investigated.

¹ Graduanda do curso de Ciências da Religião pela Universidade do sul de Santa Catarina (UNISUL). Bolsista do FUNDES, pós graduanda da Unochapecó, do Curso Educação, Proteção de Direito e Ensino em Rede.

² Professor da Unochapecó, do Curso Educação Proteção de Direito e Ensino em Rede.

He then discusses the issue of public policies and educational policies, detailing some of its current constituent elements. In the sequence, he argues about the formation of teachers for Basic Education, defending that the school is a specific and permanent training space for this professional class. As partial results of this bibliographic study, the fundamental importance of the historical rescue and of a dialectical approach of the educational policies is emphasized, aiming to understand them from the relation between the global determinations of the society and the historical specificities of the context in which they are implemented and re meaning.

KEY WORDS: *Public Policies; Educational Policies; Networ*

Implementación de las políticas públicas educativas en red: apuntes sobre el derecho social de la calidad en la educación

RESUMEN

Las redes representan una nueva perspectiva de análisis de políticas públicas y de las estructuras diseñadas para implementarlas. Las dificultades de poner en práctica ese modelo requieren que aún se busque sistematizar conceptos, establecer tipologías y estudiar las pocas experiencias ya realizadas. El presente trabajo es más una contribución en este sentido. Se llama la atención sobre la importancia de analizar las políticas públicas desde la perspectiva de la red. A partir del análisis de documentos y estudio de referenciales teóricos, se investigó aún los enfoques de las políticas educativas en las últimas décadas. A continuación, diserta sobre la temática de las políticas públicas y políticas educativas, detallando algunos de sus actuales elementos constituyentes. En consecuencia, argumenta sobre la formación de profesores para la Educación Básica, defendiendo ser la escuela un espacio de formación específico y permanente para esta clase profesional. Como resultados parciales de este estudio bibliográfico se destaca la importancia fundamental del rescate histórico y de un abordaje dialéctico de las políticas educativas, con el fin de comprenderlas a partir de la relación entre las determinaciones globales de la sociedad y las especificidades históricas del contexto en que se implementan y rees- -significadas.

PALABRAS CLAVE: *Políticas Públicas; Políticas Educativas; Red.*

1 INTRODUÇÃO

A implementação de políticas públicas tem gerado grandes discussões tanto no meio acadêmico quanto na administração Pública de todas as esferas, porém ainda não se possa dizer que haja consenso sobre esse processo. As Políticas Públicas Educacionais enquanto direcionadoras na construção de uma escola que oferece uma formação cidadã, foi o tema debatido neste artigo. O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a importância das Políticas Pú-

blicas Educacionais em rede, para qualificar a educação pública no Brasil.

Considera-se importante salientar que as mudanças vivenciadas nas últimas duas décadas na educação brasileira estão envoltas na evolução das LDBs e, especialmente, no uso de Políticas Públicas Educacionais voltadas para a construção de uma educação inclusiva, cidadã e de qualidade. Na procura de analisar o processo da educação sob perspectiva das Políticas Públicas, foi usada a pesquisa bibliográfica científica, foi realizada com base em livros e artigos referente assunto sob a visão de vários autores como: Azevedo, Bolzano, Cavacanti, Fiorentini, Oliveira.

As questões de pesquisa são: O que são Políticas Públicas Educacionais? Como proporcionar uma qualidade de ensino em uma rede pública? Como a Gestão integrada e redes interorganizacionais atuam relacionando as Políticas Públicas? Quais as dificuldades de implementação das Políticas Públicas em redes na área pública?

Para a realização do estudo foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa em dados secundários, ou seja, um estudo em rede, possibilitando a construção de conhecimentos acerca do tema Políticas Públicas Educacionais e a necessidade de uma perspectiva social para a construção de uma educação de qualidade.

É importante destacar que em todas as redes estudadas, o papel da organização articuladora é essencial. Trata-se de um centro catalizador de esforços organizacionais, que facilita a coordenação interorganizacional, mas que não pode se tornar um centro de concentração de poder e controle - embora a tentação seja forte.

A análise de redes apresenta um potencial maior quando é considerada enquanto um tipo ideal. Pode ser que essas situações são difíceis de serem encontradas na prática, mas elas apresentam um instrumento muito importante de análise uma vez que permitem uma leitura crítica da realidade, neste caso, das políticas públicas.

Neste sentido, o presente texto procura apresentar alguns caminhos possíveis para que os estudos sobre as políticas educacionais possam, além de apontar as fragilidades da relação Estado e sociedade que por vezes tornam as políticas públicas apenas instrumentos de controle estatal, também apreender a configuração que as mesmas assumem nos diferentes contextos em que são aplicadas e as formas pelas quais os grupos sociais envolvidos buscam adaptar-se, transgredir ou resistir a estas ações.

A sociedade em que vivemos é complexa e que envolvem diferentes interesses e conflitos. Para tornar possível a convivência devem-se ser administrados todos os interesses públicos. Por isso que a política surgiu com o intuito de ajudar o bem comum de todos os cidadãos que se integra numa sociedade. Sendo assim podemos definir que política é um

conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que destinam a resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

Sendo assim, não podemos deixar de ressaltar que a política está presente quotidianamente em nossas vidas, e quando ela é administrada ela se faz presente para certo tipo de orientação onde é tomada decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Antes de adentrar no contexto que envolve as Políticas Públicas Educacionais, tem-se o entendimento do que vem a ser Política Pública, que a partir da etimologia da palavra se refere ao desenvolvimento a partir do trabalho do Estado junto à participação do povo nas decisões. Sob este entendimento Oliveira (2010, p. 56) conceitua-se que:

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

É importante observar que as Políticas Públicas Educacionais não apenas se relacionam às questões relacionadas ao acesso de todas as crianças e adolescentes as escolas públicas, mas também, a construção da sociedade que se origina nestas escolas a partir da educação. Neste entendimento, aponta-se que as Políticas Públicas Educacionais influenciam a vida de todas as pessoas.

As políticas Públicas no Brasil, nem sempre trazem os resultados esperados, pois somente garantir o acesso a todos estes serviços públicos não significa que estes tenham qualidade e, que efetivamente, os usuários terão seus direitos respeitados (SETUBAL, 2012, p 45).

Toda a política pública é uma intervenção governamental que visa solucionar uma situação problemática na vida social, elas decorrem de um confronto entre um novo problema e uma velha solução. Por exemplo: mudanças na estrutura demográfica revelam a necessidade de novas políticas de atenção à velhice, incentivos à natalidade etc.

As Políticas Públicas Educacionais estão diretamente ligadas à qualidade da educação e, sendo assim, a construção de uma nova ordem social, em que a cidadania seja construída primeiramente nas famílias e, posteriormente, nas escolas e na sociedade. A luta por uma escola

cidadã no Brasil é envolvida por uma história de encontros e desencantos, por isso segundo Azevedo (2007, p.77):

Ao evidenciar um conjunto de concepções, práticas e estruturas inovadoras, a experiência da escola cidadã aponta possibilidades de uma educação com qualidade social, não redutora à dinâmica mercantil. O desenvolvimento de uma cultura participativa, de uma inquietação pedagógica com a não-aprendizagem, da busca dos apoios teóricos da ciência da educação, legitima a idéia de que a não-aprendizagem é uma disfunção da escola e que a reprovação e a evasão são mecanismos de exclusão daqueles setores sociais que mais necessitam da escola pública. Isso levou à convicção da necessidade de reinventar a escola, de redesenhá-la de acordo com novas concepções. Os avanços na formação em serviço evidenciaram aos educadores que a estrutura convencional da escola está direcionada para transmissão, para o treinamento e para a repetição, tendendo a neutralizar as novas proposições pedagógicas, no máximo transformando-as em modismos fugazes. Por isso, embora essenciais, não bastam apenas mudanças metodológicas, novidades teóricas, a adesão aos princípios de uma escola inclusiva, democrática, com práticas avaliativas voltadas ao sucesso do educando, é indispensável ainda a superação da estrutura taylorista-fordista, redefinindo os espaços, os tempos e os modelos de trabalho escolar.

Segundo Azevedo esta realidade de desencanto com a educação brasileira dá a ela um status de baixa qualidade, seja no contexto de toda a estrutura organizacional e educacional vivenciada, seja nos resultados de desempenho dos estudantes no processo ensino-aprendizagem.

Conforme afirma Martins (2010, p. 21), ainda são incipientes os estudos que utilizam metodologias de pesquisas de políticas educacionais que integrem enfoques diversos, permitindo captar o que ocorre efetivamente nas redes de ensino, no espaço escolar e nas interações dos profissionais que neles atuam, bem como a maneira como essas práticas afetam a implementação dos programas de governo.

Relacionando a este campo reflexivo, hoje o conceito é compreendido como as ações de governo com vistas à consecução de objetivos definidos e, por outros, como um processo de negociação e confrontos entre grupos de interesses, nem sempre diretamente envolvidos na programação do conjunto legal e normativo e dos programas governamentais. Relacionar políticas públicas, políticas educacionais e educação, no contexto brasileiro, pressupõe o conhecimento a respeito do que são políticas públicas em seus objetivos, agentes definidores e execução. Além disso, a necessária vinculação entre os interesses das classes que compõem a ossatura estatal e social no país em meio ao jogo de interesses, como explicitado ao longo do texto.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DOCENTE

No âmbito da formação continuada, os professores têm a oportunidade de elaborar os seus saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, em um processo coletivo de

troca de experiências em um ambiente propicio a reflexão. O atual cenário da educação cada vez mais se distancia de uma discussão que nos permite pensar criticamente a respeito da relação entre escola e sociedade. Nesse contexto, os profissionais da educação têm buscado atender as exigências das políticas impostas nas escolas, e enfrentar os diferentes problemas do cotidiano escolar, mas infelizmente é uma realidade cada dia mais distante.

Saviani (2005), ao escrever sobre a história da formação docente no Brasil, cita em seu estudo a LDB 9394/96. Segundo a Lei, Brasil (1996):

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

A legislação nacional garante, portanto, a formação universitária do professor. Sendo então assim que pela universidade, os professores carregam consigo determinados saberes. Estabelecer um campo reflexivo sobre a formação de professores em nosso país exige um amplo olhar sobre os diferentes espaços formativos em que esse processo ganha forma. Os espaços acadêmicos em que essa formação acontece possuem sua definição, princípios e propósitos definidos, a partir da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e de reformulações que competem aos cursos de licenciatura, em vigor em nossos cursos universitários desde meados da década passada.

Pesquisas (FIORENTINI e LORENZATO, 2006; PAIVA e NACARATO, 2006, p. 76) apontam a necessidade de se repensar a prática docente e a formação de professores. Esses autores ainda indicam algumas condições para o exercício da profissão docente que se encontra em constante processo de formação colocando em foco temas como: desenvolvimento profissional, formação contínua, saberes docentes, prática reflexiva, trabalho coletivo/colaborativo, dentre outros. Entre esses constructos parece haver um feixe que se dirige a um mesmo ponto quanto à constituição do professor.

Segundo os autores, Schon (1997, p.126) tem sido referência obrigatória na formação de professores, embora não tenha feito um trabalho especificamente voltado para a educação, Schon preocupa-se em reformular o conceito de "profissional eficiente, criticando a educação profissionalizante. Para ele, a atividade profissional requer do realizador uma competência prática, teórica e criativa para agir em contextos instáveis, indeterminados e complexos.

As políticas educacionais e as alternativas de formação inicial e continuada na educação infantil vêm ocupando cada vez mais espaço nos debates educacionais. Isso tem refletido nas

políticas públicas de formação de professores municipais e estaduais que, com maior ou menor ênfase, têm investido na educação infantil como nunca antes no Brasil.

É importante destacarmos que para a formação continuada do professor, não se deve realizar apenas palestras, mas, também valorizar-se a sua prática, bem como realizar análises de fatos do ambiente de trabalho ou da vida do aluno, para que assim, a cada dia ele possa compreender mais, não só ao aluno, mas àqueles que o cercam e a si próprio.

3 A QUALIDADE DE ENSINO PARA TODOS

A qualidade na educação é elemento complexo devido a sua abrangência e necessidade de ter nas características físicas da escola, nos docentes e na didática de ensino fatores que possibilitem a construção desta qualidade. Isto não significa dizer que nenhuma criança ou adolescente fique fora da sala de aula é, importante que exista qualidade nesta escola básica, oferecida para todos (BOLZANO, 2004, p.91).

Sendo assim com a necessidade de construir uma sociedade mais justa, digna e cidadã as discussões sobre a qualidade da educação se exacerbaram, neste campo tem-se que (AZEVEDO, 2007,p.134):

A qualidade do ensino tem sido foco de discussão intensa, especialmente na educação pública. Educadores, dirigentes políticos, mídia e, nos últimos tempos, economistas, empresários, consultores empresariais e técnicos em planejamento têm ocupado boa parte do espaço dos educadores, emitindo receitas, soluções técnicas e, não raro, sugerindo a incompetência dos educadores para produzir soluções que empolguem a qualificação do ensino. Essa invasão de profissionais não identificados ou não envolvidos com as atividades do campo educacional merece uma reflexão. Não se trata aqui de preconizar o monopólio da discussão da educação aos educadores, mas de registrar a intensa penetração ideológica das análises, dos procedimentos e das receitas tecnocráticas à educação.

No Brasil a eficiência das escolas públicas, que poderiam ser traduzidas em qualidade educacional, está intimamente ligada a influencia tecnicista dos americanos e do humanismo republicano. Pensar sobre os indicadores de qualidade de ensino, nos impõe uma reflexão sobre dar conta de ajustar a educação nacional às demandas do novo quadro da conjuntura mundial.

Esta qualidade não é alcançada com uma educação institucionalizada que busca fornecer conhecimento já pronto para que as crianças e os adolescentes continuem a propagação desta sociedade mercantilizada, mas deve buscar a geração e transmissão de valores éticos, morais e cidadãos que efetivamente são construtores de novos conhecimentos e de uma sociedade a luz da cidadania (FURGHESTTI, 2012, p.89).

A qualidade da educação escolar é objeto tanto de políticas públicas quanto de manifestações de amplos setores sociais, como o empresariado e dependerá sempre dos referenciais adotados para a sua construção e avaliação, afinal, quantidade existe, mas a qualidade precisa ser feita.

Analisando, chega-se a conclusão que uma educação de qualidade é aquela calcada na concepção histórico-social para a natureza humana, que forme sujeitos capazes de apreender criticamente a realidade e de contribuir para a sua transformação. Para que isso ocorra, é importante que o Projeto Político Pedagógico e a organização do trabalho escolar caminhem para isso, bem como uma gestão democrática, que permita a participação de todos os agentes.

4 GESTÃO INTEGRADA A REDES

A perspectiva da Gestão Integrada das políticas públicas, ou gestão em rede, parte do pressuposto que existem problemas que não podem ser adequadamente resolvidos se examinados numa perspectiva puramente setorial.

Assim, é necessária que se some à capacidade de identificação e mensuração dos objetivos dos programas, a competência institucional capaz de integrar decisões e ações pulverizadas por múltiplos atores públicos e privados, operantes em diferentes níveis de governo e comprometidos com interesses setoriais diversificados.

A situação definida como rede caracteriza-se por arranjos interorganizacionais interdependentes. Nesse contexto, as políticas públicas não são formuladas, e muito menos implementadas, no contexto de uma única organização. Os intrincados processos decisórios em questão dizem respeito a um conjunto de organizações e a um complexo sistema de relações formais e informais que entre elas se estabelece. A rede interinstitucional explica um padrão de interação intensiva de organizações autônomas que se dispõem a atuar conjuntamente, como um sistema, para alcançar objetivos próprios ou coletivos, ou resolver problemas específicos de uma clientela alvo (CAVALCANTI: 1991, p. 179/80).

A conscientização para o trabalho em redes no planejamento e gestão de políticas públicas envolve muito mais que ações pontuais de inovação ou inserção de novas tecnologias de comunicação. Requer também uma mudança cultural e educativa. Seria uma mudança que valorize o trabalho compartilhado, a visão holística e o objetivo comum. Uma sensibilização que atente para a “crescente interdependência funcional entre atores na consecução de uma política” e que entenda as redes de políticas “como meios eficientes para garantir a mobilização dos

recursos dispersos e dar uma resposta eficaz aos problemas de políticas públicas” (FLEURY, 2005p.79).

A gestão em rede é um trabalho de troca de informações das ações em conjunto, de forma que a sua efetividade perpassa necessariamente pela inclusão de muitos e diversos membros.

4.1 DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM REDES NA ÁREA PÚBLICA

As dificuldades apontadas pelos gestores se assemelham ao relatado por Sousa et al (2012, p.76), onde destacaram que um dos grandes entraves está na capacitação dos profissionais que executam tal tarefa; além do que a centralização de todo o trabalho em apenas um profissional, que na maioria dos casos possui outras atribuições, provoca sobrecarga. Sobre os eventuais desajustes gerados pela parte técnica, os autores destacaram que seria necessário um nível maior de esclarecimentos a estes profissionais sobre as exigências, na tentativa de eliminar possíveis desajustes.

É importante destacar que para superar a atual geração de estudos, excessivamente concentrada nos fracassos, pouco preocupada com as questões políticas e fortemente assentada no pressuposto de que a formulação e a implementação de políticas públicas são processos exclusivamente racionais e lineares, desvinculados dos processos políticos. Imprescindível afirmar que à complexidade da dinâmica social e à dificuldade de enfrentar os problemas partindo de ações fragmentadas e desarticuladas.

Tendo em vista que o papel do Estado é garantir que seu trabalho esteja em conformidade com as necessidades coletivas, o gestor público precisa garantir que as políticas propostas não prestigiem apenas determinados membros ou setores da sociedade. Criar mecanismos para que a população também participe da gestão, como já apontado, é um bom caminho, mas, isolada, a ação não é suficiente. Antes de começar a debater a igualdade social, o poder público precisa se aproximar da realidade da população, buscando entender as particularidades que a envolve.

A legislação brasileira garante direitos sociais para todo cidadão. Para que esses direitos sejam efetivamente assegurados são necessárias políticas públicas consistentes. Há uma grande dificuldade, entretanto, de implementação dessas políticas no país. Isso se deve em grande parte pela falta de interlocução entre os entes federados e, também, pela escassez de intersetorialidade das ações.

As novas tecnologias de informação podem ser utilizadas como um instrumento importante de integração das organizações na área pública, mas o processo de informatização na área pública ainda não está suficientemente avançado. Por exemplo, a criação de portais que reunam e apresentem as atividades de todos os órgãos públicos que atuam em determinada área de política pública no país e em cada Estado especificamente poderia ser uma forma de favorecer a informação e a circulação do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Políticas Públicas Educacionais são de muita importância no que se relaciona a tornar o ensino fundamental público mais qualitativo, em todos os âmbitos formando assim, verdadeiros cidadãos.

Quando se fala em Políticas Públicas na educação a abordagem trata-se da articulação de projetos que envolvem o Estado e a sociedade, na busca pela construção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade, ou seja, que resgate a construção da cidadania (GIRON, 2008, p.14).

Diante do cenário aqui exposto, fica claro que uma das principais provocações à figura do gestor público hoje é a estruturação da sua atuação frente a um cenário social complexo, que exige respostas rápidas e eficazes e contatos estruturados por toda a máquina pública, o que afronta alguns pilares importantes da figura da burocracia, mas oferece excelentes oportunidades de mudança de paradigma para a Administração Pública.

A promoção da intersetorialidade, desde a concepção da política até a busca de meios para implementá-la, é uma das principais oportunidades que percebemos na gestão pública hoje. É através dela que o Estado poderá alcançar um novo patamar de desenvolvimento, mais integrado à realidade social que compõe e pronto para responder as demandas novas que surgem em uma sociedade cada vez mais intrincada.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o compromisso que a ação governamental tem com a construção, instauração e acompanhamento de políticas públicas que contribuam para a transformação educacional do nosso país. Pois com aplicação de políticas públicas possíveis mudanças serão feitas em virtude dos direitos que a população realmente possui por direito.

REFERENCIAS

AZEVEDO, José Clovis de. **Educação pública: o desafio da qualidade.** *Estud. av.* v.21. n.60. São Paulo. May/Aug. 2007.

BOLZANO, Sonia Maria Nogueira. Do direito ao ensino de qualidade ao direito de aprender com qualidade – o desafio da nova década. In: LIBERTI, Wilson Donizeti. **Direito à educação: uma questão de justiça.** São Paulo:Malheiros, 2004.

CAVALCANTI, Bianor Scelza. **Implementação de Programas Sociais de Massa: a gestão estratégica no contexto interorganizacional da política pública.** *Revista Paranense de Desenvolvimento*, p. 73-89, Curitiba, n.93, jan./abr.1998.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. **Investigação em educação matemática: percursos teóricos e metodológicos.** – Campinas, SP: Autores Associados, 2006. – (Coleção formação de professores).

FLEURY, Sonia. **Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública.** *Administração em Diálogo*, São Paulo, nº 7, pp. 77-89, 2005.

FURGHESTTI, Mara Luciane da Silva; GRECO, Maria Terêsa Cabral; CARDOSO, Rosinete Costa Fernandes. **Ensino fundamental de nove anos: os impactos das políticas públicas para a alfabetização com letramento. IX ANPED Sul Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul.** 2012.

GIRON, Graziela Rossetto. **Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com a cidadania.** *Revista de Educação.* PUC-Campinas. Campinas. n.24. jun. 2008.

MARTINS, A. M. Estudos em Políticas Educacionais: uma discussão metodológica. In: MARTINS, A. M.; WERLE, F. O. C. (Orgs). **Políticas educacionais: elementos para reflexão.** Porto Alegre: Redes Editora, 2010.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Fronteiras da educação: tecnologias e políticas.** Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

SAVIANI, D. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira.** Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto 20 anos do Histedbr”. Campinas, 25 de agosto de 2005.

SETUBAL, Maria Alice. Com a palavra... **Consulex.** Ano XVI. N.382. 15 de Dezembro de 2012.

SOUSA, André Claudio de. **Um Estudo Acerca dos Entraves Apontados por Algumas Prefeituras dos Campos das Vertentes e Sul de Minas em Relação À Elaboração, Execução e Prestação de Contas de Convênios.** . IX Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Tema: Gestão, Inovação e Tecnologia para a sustentabilidade. 2012.

Disponível em: <http://www.car.aedb.br/seget/artigos12/28816241.pdf> Acesso em 29 de novembro de 2018.

SCHÖN, Donald. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.